

Espaços públicos urbanos, qualidade de vida e saúde: uma revisão integrativa da literatura

*Urban public spaces, quality of life and health:
an integrative literature review*

*Espacios públicos urbanos, calidad de vida y salud:
una revisión integrativa de la literatura*

Kelly Queiroz Carvalho da Silva

Graduanda de Arquitetura e Urbanismo, USJT, Brasil
kell.arqurb@gmail.com

Renata Ferraz de Toledo

Professora Doutora, USJT, Brasil.
renata.toledo@saojudas.br

RESUMO

O crescimento das cidades e da população revelam diversos problemas socioambientais e de saúde, assim, a manutenção da qualidade de vida nas áreas urbanas torna-se desafiador. Neste contexto, este artigo objetiva promover reflexões e discussões sobre possíveis contribuições de espaços públicos urbanos para a qualidade de vida e saúde, a partir da investigação de publicações acadêmicas sobre a temática, identificação e análise de diferentes usos de espaços urbanos públicos, bem como potencialidades e desafios, enquanto espaços promotores de saúde e qualidade de vida. Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, desenvolvida pela busca de publicações no Scielo e Ebsco. A partir dos descritores, combinações, critérios de inclusão/exclusão e seleção prévia foram identificadas 31 publicações. Após leitura aprofundada destas, foram selecionados para análise 12 artigos. Justifica-se a relevância desta pesquisa por sua abordagem interdisciplinar e atualização do que vem sendo publicado sobre a relação espaço público e qualidade de vida. Dentre os resultados destacam-se: diferentes entendimentos de espaços públicos; características destes espaços que influenciam na qualidade de vida, como a mobilidade urbana, o acesso à saúde, áreas verdes, economia e segurança; benefícios importantes, como conforto térmico e ambiental, espaços de sociabilidade, lazer e cultura, etc., os quais, por sua vez, só serão alcançados com processos adequados de planejamento e gestão participativa. Destaca-se, por fim, que espaços públicos podem contribuir tanto para reduzir como para ampliar a desigualdade espacial, tão presente em áreas urbanas. Espera-se que o artigo traga contribuições a novos estudos em diferentes áreas do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas verdes urbanas. Revisão bibliográfica; Saúde ambiental.

ABSTRACT

The growth of cities and population reveals several socio-environmental and health problems, thus, maintaining the quality of life in urban areas becomes challenging. In this context, this article aims to promote reflections and discussions on possible contributions of urban public spaces to quality of life and health, based on the investigation of academic publications on the subject, identification and analysis of different uses of public urban spaces, as well as potentialities and challenges, as spaces that promote health and quality of life. This is an integrative bibliographic review, developed by searching for publications in Scielo and Ebsco. From the descriptors, combinations, inclusion/exclusion criteria and previous selection, 31 publications were identified. After in-depth reading of these, 12 articles were selected for analysis. The relevance of this research is justified by its interdisciplinary approach and update of what has been published about the relationship between public spaces and quality of life. Among the results, the following stand out: different understandings of public spaces; characteristics of these spaces that influence the quality of life, such as urban mobility, access to health, green areas, economy and security; important benefits, such as thermal and environmental comfort, spaces for sociability, leisure and culture, etc., which, in turn, will only be achieved with adequate planning processes and participatory management. Finally, it is highlighted that public spaces can contribute both to reducing and to expanding spatial inequality, so present in urban areas. It is expected that the article will contribute to new studies in different areas of knowledge.

KEYWORDS: Urban green areas. Literature review; Environmental health.

RESUMEN

El crecimiento de las ciudades y la población revela varios problemas socioambientales y de salud, por lo que mantener la calidad de vida en las áreas urbanas se convierte en un desafío. En ese contexto, este artículo tiene como objetivo promover reflexiones y discusiones sobre las posibles contribuciones de los espacios públicos urbanos a la calidad de vida y la salud, investigando publicaciones académicas sobre el tema, la identificación y el análisis de los diferentes usos de los espacios públicos urbanos, así como como potencialidades y desafíos, como espacios promotores de salud y calidad de vida. Esta es una revisión bibliográfica integradora, desarrollada a partir de la búsqueda de publicaciones en Scielo y Ebsco. A partir de los descriptores, combinaciones, criterios de inclusión/exclusión y selección previa, se identificaron 31 publicaciones. Después de una lectura adicional de estos, se seleccionaron 12 artículos para su análisis. La relevancia de esta investigación se justifica por su abordaje interdisciplinario y actualización de lo publicado sobre la relación entre espacios públicos y calidad de vida. Entre los resultados se destacan: diferentes comprensiones de los espacios públicos; características de estos espacios que inciden en la calidad de vida, tales como movilidad urbana, acceso a la salud, áreas verdes, economía y seguridad; importantes beneficios, como el confort térmico y ambiental, espacios de sociabilidad, ocio y cultura, etc., que, a su vez, sólo se lograrán con adecuados procesos de planificación y gestión participativa. Finalmente, se destaca que los espacios públicos pueden contribuir tanto a reducir como a ampliar la desigualdad espacial, tan presente en las zonas urbanas. Se espera que el artículo contribuya a nuevos estudios en diferentes áreas del conocimiento.

PALABRAS CLAVE: Áreas verdes urbanas. Revisión bibliográfica; Salud Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

Um espaço público pode ser construído ou não, como praças, parques, museus, bibliotecas, entre outros, que permite o encontro e a interação de diferentes classes sociais, a expressão cultural ou política, podendo também favorecer o contato com a natureza dentro de uma cidade, dependendo de suas características. Entretanto, espaços públicos dificilmente são compreendidos e valorizados pelas pessoas se estiverem dissociados da vida daqueles que o usufruem (COELHO, 2017).

Alguns dos problemas socioambientais da atualidade, com claros efeitos na qualidade de espaços públicos, já eram reconhecidos em centros urbanos de algumas cidades, após 1850, na Era Industrial Ocidental. Dentre estes estavam: o ruído, habitações precárias, aglomeração nas ruas, além da disseminação mais rápida de doenças, tanto pela falta de saneamento, quanto pela concentração de pessoas (ABIKO; ALMEIDA; BARREIROS, 1995).

Neste período, algumas iniciativas já demonstravam certa preocupação para com alguns destes problemas. O Plano Cerdá, em Barcelona, de 1860, foi um projeto que mostrou o impacto que o desenho urbano pode ter no bem-estar da população. Os quarteirões projetados por Cerdá eram quadras abertas com construções apenas nas bordas, deixando as partes internas livres, podendo ser preenchidas com vegetação, permitindo maior fluxo de ar e pessoas entre as quadras (NARCISO, 2013). Nesse sentido, tem-se que o planejamento urbano e desenhos de espaços públicos podem ser meios para melhorar a qualidade de vida nos centros urbanos, muitas vezes, com efeitos diretos na saúde da população.

É importante lembrar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu, em 1946, saúde como um estado de completo bem estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade (WHO, 1946). Uma definição considerada avançada na época, por diferenciar saúde de ausência de doenças e por buscar superar um modelo exclusivamente biomédico de saúde, mas que gerou também algumas dúvidas por sua subjetividade, especialmente para definir e quantificar um completo bem-estar (SEGRE; FERRAZ, 1997).

O mesmo desafio está em definir qualidade de vida, termo utilizado em diferentes campos de pesquisa. Tanto na área das ciências biológicas e da saúde, como nas ciências humanas e sociais aplicadas, o termo gera diferentes interpretações. Pesquisas socioeconômicas costumam usar indicadores sociais como critério principal para analisá-la. Para a OMS, qualidade de vida é a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive e, ainda, em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações (WHOQOL Group, 1995).

Voltando a atenção para os centros urbanos, que não param de crescer e, em especial, para o momento recente vivido de pandemia pelo Covid 19, este contexto revelou a importância de espaços verdes e de áreas públicas livres, pois, sua ausência restringiu as possibilidades de passeios e interação social, tornando os espaços fechados ainda mais aglomerados. É evidente que muitos destes pontos se agravam quando a análise se aproxima das regiões periféricas, onde a concentração de habitações precárias tende a ser maior, assim como a falta de equipamentos públicos e de áreas verdes.

2 OBJETIVOS

Este artigo busca promover reflexões e discussões sobre possíveis contribuições de espaços públicos urbanos para a qualidade de vida e saúde, a partir da investigação de publicações acadêmicas sobre a temática, identificação e análise de diferentes usos de espaços urbanos públicos, bem como suas potencialidades e desafios, enquanto espaços promotores de saúde e qualidade de vida.

Parte-se do entendimento de espaço público e cidade, seguido pela abordagem de aspectos que interferem na qualidade de vida e a importância do planejamento, da gestão e da manutenção de espaços públicos. Propõem-se, ainda, reflexões sobre impactos da desigualdade espacial e ambiental das cidades na qualidade de vida e sobre o uso e a acessibilidade de espaços públicos, especialmente por crianças.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, do tipo integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010). Para a busca dos artigos foram utilizadas as bases eletrônicas de dados *Scientific Electronic Library (Scielo)* e *Ebsco Information Services (Ebsco)*, por meio de descritores previamente definidos e combinações booleanas (or/and), a saber: espaços públicos (ou espaços públicos urbanos, ou cidade, ou área urbana); qualidade de vida; saúde (ou saúde pública, ou promoção da saúde); urbanismo; e áreas verdes.

Os critérios de inclusão das publicações foram artigos publicados em português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra nas bases de dados selecionadas, a partir de 2010, excluindo-se, portanto, aquelas publicações que não se enquadraram nestes critérios.

A partir da leitura do resumo das publicações identificadas foram selecionados 31 artigos relacionados à temática investigada, porém, após a leitura na íntegra, foram selecionados 12 artigos que, mais diretamente, poderiam contribuir para responder às perguntas de pesquisa e, portanto, para alcançar os objetivos propostos.

4 RESULTADOS

O quadro 1, a seguir, apresenta informações das 12 publicações selecionadas para análise, quanto à autoria, título dos artigos, ano e revista publicada.

Quadro 1. Autoria, título, ano e revista das publicações selecionadas para análise.

Autoria	Título	Ano	Revista
COTRIM, Gabriela Souza; BICHARA, Ilka Dias.	O Brincar no Ambiente Urbano: Limites e Possibilidades em Ruas e Parquinhos de uma metrópole	2012	Psicologia: Reflexão e Crítica
PÁRAMO, Pablo; ARROYO, Andrea Milena Burbano.	Valoración de las condiciones que hacen habitable el espacio público en Colombia	2013	Territórios
LONDE, Patrícia Ribeiro e MENDES, Paulo Cezar.	A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana	2014	Brasileira de Geografia Médica e da Saúde
REIS, Inês Nascimento de Carvalho; SILVA, Ilda Lopes Rodrigues; Un, Julio Alberto Wong.	Espaço público na Atenção Básica de Saúde: Educação Popular e promoção da saúde nos Centros de Saúde escolar no Brasil	2014	Interface - Comunicação, Saúde, Educação
DIAS, Marina Simone; FERREIRA, Bruna Ramos.	Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea	2015	Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais
NOGUEIRA, Deisy Rodrigues; OLIVEIRA, Priscilla Kelly Santos de; GOUVEIA, Wagner Farias; FARIAS, Cecir Barbosa de Almeida.	Uma visão empírica da qualidade de vida em centros urbanos	2016	Veredas
ROSA, Adriana Aparecida Carneiro; SILVA, Janini de Oliveira Dias da.	Conforto Ambiental em espaços urbanos abertos: sua correlação com o planejamento de cidades	2017	Intellectus
GARCÍA, Erika Tatiana Ayala e SUÁREZ; César Augusto Hernández.	Encuentros, desencuentros, usos y apropiaciones en el espacio urbano fronterizo colombo-venezolano	2017	Encuentros
SANTOS, Talita Batista dos; NASCIMENTO, Ana Paula Branco do; REGIS, Milena de Mouras.	Áreas Verdes e qualidade de vida: uso e percepção ambiental de um parque urbano na cidade de São Paulo, Brasil	2019	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
SILVA, Marina Jorge da; OLIVEIRA, Marina Leandrini; MALFITANO, Ana Paula Serrata.	The utilization of public squares: considerations on the action of the social occupation therapist	2019	Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar
OSPINA, Tania Giraldo e VASQUEZ-VARELA, Luis R.	Distribución e indicadores de cobertura y accesibilidad del espacio público en Manizales, Colombia	2021	Cuadernos de Geografía
DOS SANTOS, Alda Paulina; FRANCISCO FILHO, Lauro Luiz	Contribuição a avaliação de qualidade de vida nos centros urbanos	2021	Intellectus

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4.1 Entendendo o espaço público e a cidade

A análise das publicações revelou um amplo entendimento de espaço público, que vai desde espaços abertos, como parques, praças e demais áreas verdes, a espaços fechados, sendo que ambos podem também abarcar uma dimensão sociopolítica quando se tornam palco de manifestações e reivindicações coletivas (REIS; SILVA; UN, 2014; SILVA; OLIVEIRA; MALFITANO, 2019; OSPINA; VASQUEZ-VARELA, 2021). Espaços como o vão livre do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp) que, a partir das manifestações de 2010, tornou-se ponto de encontro de movimentos dessa natureza realizados na Av. Paulista, é um bom exemplo. Essa área pública também abriga feiras de artesanato durante os domingos e feriados, quando a referida avenida é fechada para os carros, permitindo apenas a circulação de pedestres.

Em decorrência dessa dimensão sociopolítica, Ospina e Vasquez-Varela (2021) lembram o caráter dinâmico de espaços públicos, ou seja, sujeitos a constantes mudanças, a partir de seus diferentes usos, necessidades e comportamentos de seus usuários. Silva, Oliveira e Malfitano (2019) complementam que é nestes espaços que a vida pública acontece, podendo dar início a debates para mudanças. Para as autoras, o acesso a esses espaços e a liberdade de se manifestar neles são componentes interligados à qualidade de vida.

Reis, Silva e Un (2014) destacam ainda, em pesquisa realizada, a relação feita por alguns estudiosos, como Eymard Mourão Vasconcelos e Hannah Arendt, de educação e espaço público, considerando o espaço construído ou não, uma potência para troca de conhecimento e educação pública. No campo da saúde, os autores lembram o papel da Educação Popular na América Latina como uma forma de promover saúde, pois, este espaço de troca propiciado pelo espaço público, por vezes desprezado pela academia, consegue alcançar pessoas inalcançáveis para instrumentos públicos. Exemplificam com as salas de espera de um atendimento básico de saúde, como um espaço público em ambiente fechado, mas com potencial de aprendizagem social, muitas vezes, invisível às pessoas.

Assim, espaços públicos são amplificadores sociais, locais onde manifestações culturais e políticas se concentram e se expandem. São partes do complexo sistema de uma cidade. Para Páramo e Arroyo (2013), o espaço público, além de trazer benefícios diretos para a saúde e qualidade de vida, também traz benefícios sociais e culturais, movimentando a economia e a identidade local.

Na publicação de Dos Santos e Francisco Filho (2021) tem destaque a ideia presente na clássica obra *O Fenômeno Urbano*, de 1967, de Simmel e colaboradores¹, de que a cidade está enraizada nos hábitos e costumes das pessoas que a habitam, evidenciando que o planejamento urbano precisa buscar entender as pessoas que a ocupam, porque são essas pessoas que vão finalizar o espaço ao ocupá-los, no uso cotidiano, dando-o sua real forma.

Os autores consideram que “[...] a cidade, além do espaço físico, é um espaço de interação social” (DOS SANTOS; FRANCISCO FILHO, 2021, p.48), reforçando a potência que as relações humanas têm dentro de uma cidade e de um espaço público.

Tem-se, portanto, que o espaço público pode ter diferentes composições, variando de acordo com programas a ele associados. Quando pensado, por exemplo, como praças e parques, Páramo e Arroyo (2013) dividem em duas categorias, componentes naturais e componentes estruturais, sendo os estruturais o mobiliário, a iluminação, o espaço esportivo, banheiro público, espaços de recreação, etc., podendo ainda ser complementado de acordo com a demanda do local e, em paralelo, com vegetação e elementos naturais que respeitem os componentes físicos naturais do espaço, como clima, flora e fauna local.

4.2 Aspectos que interferem na qualidade de vida urbana

A pesquisa identificou instituições e plataformas digitais que contribuem para definições de critérios de qualidade de vida em centros urbanos, como a *IESE Business School*,

¹ O fenômeno Urbano, Georg Simmel, Robert E. Park, Max Weber, Louis Wirth e P.H. Chombart de Lauwe, Rio de Janeiro, 1967.

vinculada à Universidade de Navarra, na Espanha, por meio do *IESE Citie in Motion Index*², e a *Numbeo*, um banco de dados digitais global que apresenta indicadores de qualidade de vida, levando em consideração fatores como poder de compra, níveis de poluição, acessibilidade de moradia, custo de vida, segurança, qualidade da saúde, tempos de deslocamento e condições climáticas, que compõem o *Quality of Life Index*³ (DOS SANTOS; FRANCISCO FILHO, 2021).

O quadro 2, a seguir, apresenta os aspectos e/ou critérios mencionados nas publicações analisadas, como fatores com influência direta ou indireta na qualidade de vida nas cidades, sendo os mais discutidos a mobilidade urbana, o acesso à saúde, proteção ambiental/áreas verdes, economia e segurança.

Quadro 2 – Quantidade de aspectos e/ou critérios de análise da qualidade de vida urbana mencionados nas publicações selecionadas.

Aspectos e/ou Critérios	Quantidade de publicações	Aspectos e/ou Critérios	Quantidade de publicações	Aspectos e/ou Critérios	Quantidade de publicações
Mobilidade urbana	6	Clima/temperatura	3	Coesão Social	1
Serviço de saúde	5	Custo de vida	2	Gestão Pública	1
Proteção ambiental	5	Lazer	2	Moradia	1
Segurança	4	Planejamento urbano	2	Qualidade arquitetônica	1
Economia	4	Política	2	Saneamento	1
Infraestrutura urbana	3	Relação internacional	2	Sociabilidade	1
Educação	3	Poluição	2	Tecnologia	1

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Quando se fala em qualidade de vida e espaços públicos, uma das primeiras associações feita pelas pessoas diz respeito às áreas verdes. Parece não haver dúvidas sobre sua importância para a qualidade de vida, especialmente em áreas urbanas. A Sociedade Brasileira de Floresta Urbana recomenda o mínimo de 15m² por habitante de áreas verdes para lazer. A OMS, por sua vez, recomenda que todas as pessoas tenham acesso a espaços públicos e com áreas verdes, dentro do raio de um quilômetro, levando em consideração o período de locomoção e a distância percorrida, demandando, portanto, mais projetos de criação, proteção e conservação de áreas dessa natureza (OSPINA; VASQUEZ-VARELA, 2021).

Revisão realizada por Londe e Mendes (2014) indica que espaços com áreas verdes, que permitem e incentivam a prática de exercícios físicos, trazem benefícios tanto à saúde física, quanto mental dos praticantes e, conseqüentemente, gerando mais bem estar e qualidade de vida, podendo, inclusive, contribuir para minimizar ou neutralizar “[...] fatores urbanos estressantes, como ruído, calor e poluição” (p.269).

Importante lembrar que a expressão área verde pode ter diferentes entendimentos e representações. Santos, Nascimento e Regis (2019) a compreendem como um

² IESE Citie in Motion Index conecta uma rede mundial de especialistas em cidades e empresas privadas especializadas em administrações locais em todo o mundo, com o objetivo de desenvolver ideias e ferramentas inovadoras que possam gerar cidades mais inteligentes e promover mudanças em nível local (<https://www.iese.edu/faculty-research/cities-in-motion/>).

³ O Índice de Qualidade de Vida da Numbeo é uma estimativa da qualidade de vida geral em uma cidade ou país, que fornecer uma medida comparativa e é baseado em dados e pesquisas de usuários da plataforma, a partir de percepções e experiências dos visitantes do site em relação a vários aspectos da qualidade de vida (https://www.numbeo.com/quality-of-life/indices_explained.jsp)

núcleo/centro/polo de árvores e vegetação, com diversidade de funções em uma cidade e com benefícios gerados ao ambiente, trazendo mais qualidade ambiental e também benefícios à saúde, bem estar e, portanto, mais qualidade de vida aos seus frequentadores.

Na publicação de Londe e Mendes (2014) são apresentadas subdivisões. Consideram áreas verdes espaços como parques, praças, jardins, espaços vegetados e arborizados; como parques urbanos os espaços vegetados, em escala de médio à grande porte, em uma cidade, permitindo seu uso para lazer, esportes, práticas educativas e ecológicas; como praças, os espaços vegetados e permeáveis, de lazer e descanso; e arborização urbana como espaços vegetados, em escala menor que praças e parques, por exemplo, a arborização ao lado de avenidas.

Para descrever o alcance do impacto que áreas verdes podem gerar num espaço urbano, trazendo qualidade ambiental e, por consequência, qualidade de vida, segundo Santos, Nascimento e Regis (2019), após análise de publicações a respeito, são identificados benefícios como: conforto térmico; estabilização de superfícies, por meio da fixação do solo pelas raízes das plantas; atenuação da poluição do ar, sonora e visual; abrigo da flora; equilíbrio do índice de umidade no ar; proteção das nascentes e dos mananciais; organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas; valorização visual e ornamental do ambiente; recreação; diversificação da paisagem construída, aspectos estes que também têm impactos positivos na qualidade de vida humana e, portanto, devem estar incluídos nas políticas de planejamento urbano.

Ainda para estas autoras, as áreas verdes podem ser analisadas verificando se as mesmas englobam valor estético, ecológico-ambiental e de lazer à população (SANTOS; NASCIMENTO; REGIS, 2019).

Quanto ao valor estético é possível também acrescentar a função visual, igualmente importante para compreender não apenas o aspecto subjetivo do que é belo e formoso, mas também a importância para a saúde neurológica do contato com espaços com diferentes características do usual, do valor da textura para a aprendizagem, etc. (SANTOS; NASCIMENTO; REGIS, 2019).

No entanto, quando as áreas verdes são valorizadas apenas por sua função estética, ou supervalorizando a estética em detrimento de outras funcionalidades, fala-se sobre embelezamento da cidade, que é por si só subjetivo, mas, cria-se abertura para contínuas mudanças dessas áreas, de acordo apenas com a estética de determinado momento histórico, por exemplo. É certo que haverá sempre influência de aspectos históricos, porém, quando se trata de vegetação e áreas verdes, há um ciclo de vida a ser respeitado e considerado antes de se fazer determinadas mudanças (SANTOS; NASCIMENTO; REGIS, 2019).

As áreas verdes, como indicadores de qualidade de vida, também estão presentes no estudo de Ospina e Vasquez-Varela (2021), que relacionam seu tamanho com a capacidade de regulação climática e permeabilidade do solo, e o uso ativo e de conexão com a natureza com a melhora maior ou menor na saúde e qualidade de vida dos habitantes locais.

Sobre aspectos relacionados ao clima e à temperatura, entre as publicações analisadas, Rosa e Silva (2017) trazem reflexões sobre conforto ambiental e destacam que as ilhas de calor relacionam-se com a falta de permeabilidade e de vegetação, gerando perda no conforto físico e na qualidade de vida da população, evidenciando como o desenho urbano de uma cidade e de seus espaços públicos podem afetar a qualidade de vida. Lembram ainda que

a acelerada urbanização nos grandes centros urbanos acaba por provocar sérios problemas de degradação ambiental, bem como grandes prejuízos à população em geral.

Em adição, Frota e Schiffer (2001) ressaltam que o ser humano precisa manter a temperatura corporal entre 36,1 e 37,2°C, sendo que temperaturas acima ou abaixo disso começam a gerar desconforto e o corpo precisa fazer atividades para regular a temperatura interna, o que gera perda de concentração, suor e outras reações físicas. Essa situação leva as pessoas a procurarem por lugares mais termicamente estáveis para poderem, assim, usarem sua energia e concentração de modo mais eficiente e direcionado.

A arquitetura, no entanto, resolveu essa questão mudando seus projetos para que casas e escritórios se tornassem superequipados, com resfriadores e aquecedores artificiais, aberturas vedadas para a poluição e para o desconforto climático, soluções essas que, para essas questões, são imediatistas e pouco eficientes. Então, o espaço público tem a oportunidade de oferecer soluções mais impactantes e mais proporcionais às escalas para reverter esse desconforto, principalmente em se tratando de espaços abertos, reconhecidos como importantes, por exemplo, durante e posterior à pandemia de Covid-19.

Reflexões sobre planejamento urbano e qualidade de vida também estiveram presentes em algumas publicações analisadas, como no estudo realizado por Dos Santos e Francisco Filho (2021), sobre qualidade de vida urbana e densidade populacional. As autoras concluem que índices de qualidade de vida e de densidade populacional podem ter crescimentos inversamente proporcionais e, quando o planejamento urbano é ineficiente, “[...] problemas de saúde a curto, médio ou longo prazo” (p.61) serão sentidos como consequência. Por outro lado, casos como das cidades de Hong Kong, na China, e Songdo, na Coreia do Sul, mostram que planejamento urbano eficiente, com adensamento e verticalização, como parte desse planejamento, se alinhado à tecnologia, podem trazer bons indicadores de qualidade de vida.

Da mesma maneira, para enfrentar desafios urbanos relacionados ao alto crescimento e adensamento populacional e, conseqüentemente, à alta e, em parte, insustentável demanda de insumos naturais, como água e alimento, além de infraestrutura, como moradia, saneamento e espaços públicos saudáveis, Nogueira *et al.* (2016) propõem o uso de tecnologias como aliada ao “[...] melhoramento da infraestrutura, bem como dos centros urbanos, visando torná-los mais eficientes e melhores de se viver” (p.123).

O planejamento urbano foi também entendido como um indicador de qualidade de vida por Ospina e Vasquez-Varela (2021), ao relacionarem o projeto do espaço público, que é utilizado pela população, com qualidade de vida e saúde individual, mas também com a melhora do coletivo e à sensação de pertencimento da população, associada, por exemplo, à melhoria da imagem local, atraindo investimentos e atividades diversas.

4.3 Planejamento, gestão e uso de espaços públicos

A importância de adequado planejamento e gestão de espaços públicos, como forma de contribuir para qualificar seu uso e, portanto, alcançar objetivos propostos para sua criação, tem destaque na pesquisa de Ospina e Vasquez-Varela (2021). Este é um processo que demanda abordagens interdisciplinares, envolvendo áreas como sociologia, geografia, paisagismo, economia, entre outras. Isso porque, de acordo com os autores, o uso efetivo e

bem sucedido de um espaço público não termina na sua construção, sendo necessário planejar a gestão desse espaço, reduzindo situações de vandalismo e abandono de equipamentos, e ampliando o uso pela população.

Para o desenvolvimento de projetos de espaços públicos é necessário entender a escala que representam dentro de uma cidade, ou seja, para quantas pessoas o espaço está previsto, qual área quer atender, se está conectado a outros equipamentos e espaços públicos ou funcionará de forma independente. Projetos de escala menor acabam por favorecer melhores relações com a vida cotidiana das pessoas que frequentam estes espaços, aumentando a probabilidade de sucesso em programas de manutenção em conjunto (OSPINA; VASQUEZ-VARELA, 2021).

Nesse sentido, percebem-se diferentes formas das pessoas se relacionarem, por exemplo, com uma praça de bairro e o com um parque maior, como o do Ibirapuera, em São Paulo, em que, de maneira geral, muitas das pessoas que o frequentam não vivem no seu entorno. Os investimentos públicos e privados se concentram mais nesses parques, o que é compreensível pela dimensão, mas também pelo valor cultural, turístico e retorno econômico para a cidade. Já para espaços menores como praças de bairros, é mais interessante a manutenção em conjunto com moradores do bairro, com os coletivos e iniciativas locais.

O projeto de um espaço público também deve considerar, conforme Dias e Ferreira (2015), o seu potencial no desenvolvimento socioeducacional e na qualidade de vida física e emocional, por exemplo, de crianças que, porventura, o vão frequentar. Grupos de crianças e seus pais (e/ou responsáveis), usando espaços públicos, podem gerar conexão com os ciclos dos mesmos, além de que, um espaço frequentado por crianças e seus familiares é, normalmente, tido como seguro e calmo, diferente de outros espaços públicos estigmatizados largados, descuidados e perigosos.

Um ótimo exemplo, que merece destaque aqui, é da cidade de Melbourne, na Austrália, considerada entre 2011-2017 a melhor cidade para se viver, baseado na pesquisa realizada pela *Economist Intelligence Unit*, que propõe medir a qualidade de vida. Um dos atrativos de Melbourne é a Praça *Federation Square*, associada com o avanço da qualidade de vida da cidade, demonstrando que planejamento e investimento no espaço público trazem retornos de bem estar à população local, podendo também se tornar um pólo de atração econômica e social. A referida praça é referência por sua conexão com o meio de transporte da cidade, com o museu *National Gallery of Victoria*, com diversos restaurantes e cafés no entorno, permitindo acesso à cultura e ao lazer, por meio de diversas atividades ocorrendo no mesmo espaço. Assim, espaços públicos devem ter destaque como pólos de mudança das cidades (BRANCO, 2017).

Ainda no tocante à manutenção de espaços públicos, pesquisa desenvolvida por Silva, Oliveira e Malfitano (2019) ressalta sua necessidade, em associação à gestão destes espaços. Apesar do projeto influenciar as decisões sobre seu uso, permitindo, por exemplo, maior acessibilidade, respeito à vegetação e atraindo as pessoas para práticas de socialização, lazer e atividade física, é importante também olhar para o pós-projeto. As autoras identificaram deficiências nesse sentido em um espaço público investigado, como árvores sem cuidado, bancos e brinquedos quebrados, enferrujados, tanto pelo uso equivocado, como pela falta de manutenção, tornando o espaço perigoso e afastando a população.

Considera-se que estudos como o realizado por Santos, Nascimento e Regis (2019), que buscou entender a relação da população com o Parque do Povo, na cidade de São Paulo, pode ser usado como exemplo para a gestão e o planejamento de outros parques, pois destaca não só a importância do planejamento e desenho do espaço público, mas também, se não mais importante, a gestão e manutenção desse espaço, processos estes que devem partir do entendimento de demandas locais e da conexão que o usuário tem com o espaço. Segundo as autoras, um dos principais fatores que levam as pessoas a frequentar ou não um espaço público é seu acesso e a mobilidade urbana do seu entorno.

A participação no processo de planejamento e gestão de um espaço público foi discutida também na pesquisa de Nogueira *et al.* (2016), por meio da qual se constatou que 77% dos habitantes da cidade de Sumé, na Paraíba, que participaram do estudo, acreditavam que praças têm potencial para o bem estar, mas, apenas 65% acreditavam que a população tem alguma influência no projeto de espaços públicos.

Quanto maior a identificação com determinados espaços públicos, mais as pessoas os reconhecem como seu, construindo elementos para estruturar sua relação com estes locais e com as pessoas que os compartilham. Para promover essa identificação, em 2015, o Projeto METUIA⁴ fez diversas atividades com jovens do município de São Carlos, SP, levando-os para conhecer espaços como o Sesc e academias públicas de regiões que não conheciam, como forma deles ocuparem melhor a cidade. Outra atividade, já no bairro que residiam, convidava-os a fotografar coisas, pessoas e espaços que os faziam se sentirem pertencentes ao seu bairro, como forma de discutir o espaço público, se reconhecerem e construir noções de pertencimento (SILVA; OLIVEIRA; MALFITANO, 2019).

Outra importante aliada no uso e conservação de um espaço público, conforme estudo de Nogueira *et al.* (2016), é a tecnologia, por exemplo, por meio do acesso à internet gratuita, atraindo, inclusive para espaços abertos diferentes públicos, como adolescentes e jovens em busca de lazer ou espaço para estudar, e outros públicos trabalhando ou se divertindo, de maneira democrática, permitindo acesso à infraestrutura, à educação e ao lazer. Além disso, esse aumento na movimentação e circulação de pessoas é sabido que contribui para a melhoria da sensação de segurança.

4.4 Desigualdade espacial e ambiental e sua relação com a qualidade de vida nas cidades

Dentre os aspectos com influência na qualidade de vida, discutidos em algumas publicações analisadas, teve destaque o impacto negativo da desigualdade espacial, especialmente no contexto de grandes cidades (SILVA; OLIVEIRA; MALFITANO, 2019; DOS SANTOS; FRANCISCO FILHO, 2020; OSPINA; VASQUEZ-VARELA, 2021) e está presente em diferentes camadas da sociedade e locais, inclusive em espaços públicos.

A infraestrutura, a topografia e mesmo a densidade populacional, como Dos Santos e Francisco Filho (2020) destacam, mudam de acordo com o poder aquisitivo da população que

4 Projeto METUIA, na UFSCar, reúne professores, pesquisadores, profissionais, alunos de graduação e pós-graduação em torno de temáticas sobre Terapia Ocupacional Social. Tem o intuito de apreender a realidade social, realizar formação acadêmica e desenvolver pesquisas e reflexões sobre o fomento de tecnologias de cuidado, com enfoque no fortalecimento das redes sociais de suporte de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social e/ou de desfiliação (<https://www.dto.ufscar.br/pesquisa/laboratorios/laboratorio-metuiia>).

ocupa o lugar. O conceito de desigualdade espacial e ambiental ajuda explicar porque a qualidade de vida não é acessível/possível a todos.

Ospina e Vasquez-Varela (2021) consideram a desigualdade ambiental uma situação em que há determinados bairros com grande número de espaços públicos, enquanto outros têm poucos ou nenhum, sendo que muitos habitantes de áreas desprovidas de espaços públicos necessitam percorrer maiores distâncias para acessá-los.

Sobre este aspecto, Ermínia Maricato, urbanista que investiga o direito à cidade, considera que “nossas metrópoles (brasileiras) são vistas como estressantes, violentas e desagradáveis, mas, essas condições são vividas de forma desigual”, trazendo a reflexão de que qualidade de vida tem endereço em metrópoles desiguais como as brasileiras, sendo necessário, portanto, atentar-se a forma como a distribui pela cidade (MARICATO, 2017, s/p.).

No que diz respeito à qualidade de vida e a forma como as cidades são planejadas pode-se fazer um paralelo com a ecologia e a forma como os seres vivos em geral se relacionam com o espaço por eles ocupado. Hediger (1995), citado por Dos Santos e Francisco Filho (2021) analisa, do ponto de vista biológico, que espécies sem controle de densidade, sem um predador, causam desequilíbrio no ambiente, tornando mais difícil encontrar abrigos, alimento e água pela escassez. O mesmo pode acontecer com o ser humano, na forma como se organiza na sociedade e no espaço.

Em 2022, com mais de 7 bilhões de pessoas no mundo, a busca por solucionar alguns dos desafios apontados por Hedger, no início da década de 1990, como a alimentação e o abrigo, caminhou com maior foco no uso de tecnologias. Verticalizaram-se as casas para as cidades se adensarem; combinações genéticas em sementes foram realizadas para que os frutos fossem mais resistentes; geraram-se condições climáticas artificiais para a produção de alimentos o ano todo; entre outras “soluções”, porém, a distribuição de possíveis benefícios destas práticas não é igualitária, nem entre a população de determinados países, nem entre os países (DOS SANTOS; FRANCISCO FILHO, 2021).

O mesmo acontece com o adensamento populacional e a forma como ele ocorre no território, assim como no uso do espaço público. Em regiões periféricas, para as quais são destinados os menores investimentos públicos e privados, há pouca ou nenhuma infraestrutura urbana, sendo que são nessas áreas, em casos como do Brasil, que estão maiores índices de adensamento populacional, em habitações que verticalizam entre três e quatro andares, muitas vezes, sem projeto estrutural, com baixo conforto ambiental.

Da mesma maneira, o espaço público, quando visto pela ótica imobiliária e comercial, pode ser um instrumento de gentrificação e padronização do espaço. As melhorias que esse espaço pode trazer, favorecendo melhor qualidade de vida, maior fluxo de pessoas e mudanças econômicas locais, são aspectos que podem ser usados para encarecer o local, perdendo sua função inicial, aumentando a sensação de vulnerabilidade e desigualdade social e levando, novamente, a população para a margem, o local não desejado (OSPINA; VASQUEZ-VARELA, 2021).

Outra questão importante relacionada ao uso de espaços públicos, como praças, parques, é quando essas áreas acabam sendo frequentadas, primordialmente, por usuários de drogas, levando a situações de violência ou à sensação de medo. Muitas vezes, associado a isso, está o descaso de órgãos públicos em relação a estas áreas, conforme já mencionado.

Silva, Oliveira e Malfitano (2019) contam que, durante atividades propostas em uma pesquisa, foram identificados alguns usos para uma praça investigada, tanto por trabalhadores informais, com barracas de alimentos, como também por trabalhos ilegais, pela venda de drogas. Nesta mesma praça, durante o período noturno, adolescentes da região se encontravam depois do trabalho ou da escola, sendo o fim de semana o momento de maior interação neste espaço público. As autoras concluem que “[...] a identidade social do jovem, individual e coletiva, está diretamente ligada à história da forma do seu espaço” (p.445).

Representações de abandono e de insegurança de determinadas áreas abrem o olhar sobre o porquê de muitas praças e espaços públicos periféricos não contarem, muitas vezes, com a atenção e manutenção necessárias, sendo os maiores investimentos realizados nas áreas centrais e mais rentáveis, além disso, há, muitas vezes, restrição de acesso e constrangimento por parte da população periférica a não sair do seu local.

Para o enfrentamento destes aspectos, Silva, Oliveira e Malfitano (2019) lembram-se da necessidade de se “[...] criar espaços de coexistência” (p.442), que permitam a conexão entre diferentes regiões e, assim, maior interação entre a população. Para isso, é fundamental pensar seu espaço de implantação, caminhos e formas de acesso, entre outros aspectos, de maneira a reforçar e ampliar a democracia no espaço público. E, para tal, deve-se ouvir quem vai construir, usar e manter, atendendo às necessidades dos usuários e ser de manutenção simples e construção inteligente.

4.5 Criação no espaço público e acessibilidade em geral

Ao pensar num espaço público coletivo e democrático, a pesquisa de Cotrim e Bichara (2012) mostra que é necessário incluir as crianças na equação já complexa do planejamento urbano, entendendo o papel que o espaço tem na formação de cidadãos conscientes e participativos, proporcionando diferentes tipos de relação, mas, de toda forma, incluindo a criança como parte. Ambientes diferentes geram formas diferentes de brincar e aprender, não importando se são espaços “para crianças”, projetados para esse público, ou espaços “de crianças”, não planejados para esse uso, mas utilizados por elas, como ruas, calçadas e até mesmo rotatórias.

Nesse sentido, muitas vezes, ambientes estritamente pensados para crianças fazem parte da estratégia de manter as crianças afastadas dos problemas urbanos, em um ambiente controlado, seguro e quase estéril, tornando o seu ciclo social limitado e alienado (COTRIM; BICHARA, 2012).

Dias e Ferreira (2015) chamam a atenção para a invisibilidade de crianças dentro da sociedade e, conseqüentemente, nos projetos urbanos. Mesmo grupos considerados preferenciais dentro da sociedade, muitas vezes, se encontram impossibilitados de usufruir o direito de ir e vir e do convívio social, por não terem como acessar determinados locais, como calçadas estreitas, rampas com inclinação irregular, tornando a circulação perigosa, entre outros fatores, os quais mostram que os projetos urbanos, incluindo os de espaços públicos, precisam ser mais inclusivos em toda sua linguagem.

Em adição, em prol de uma suposta segurança, as crianças acabam confinadas em espaços a elas reservados, muitas vezes fechados, artificiais, homogêneos e controlados por

adultos. “A criança passa de produtora de uma realidade própria e criativa, para depositária de material previamente elaborado pelo adulto” (DIAS; FERREIRA, 2015, p.125).

5. CONCLUSÕES

A análise realizada nesta pesquisa mostra que há relações entre o desenho de espaços públicos e a qualidade de vida das pessoas que os usufruem e de seu entorno, podendo favorecer a saúde e o bem-estar.

Como afirmam Dias e Ferreira (2015), “[...] espaços públicos – praças, parques ou ruas – são elementos fundamentais que dão suporte à vida em comum” (p.122), seja por permitir o contato com a natureza e aos seus benefícios, como de regulação climática, permeabilidade do solo e purificação do ar, podendo ainda trazer mais conforto térmico ambiental (SANTOS; NASCIMENTO; REGIS, 2019; OSPINA; VASQUEZ-VARELA, 2021), ou pelo uso ativo do espaço, com prática de exercícios físicos (OSPINA; VASQUEZ-VARELA, 2015), atividades sociais ou de lazer (SANTOS; NASCIMENTO; REGIS, 2019).

Evidenciou-se também pela análise dos 12 artigos selecionados que, a maioria deles, associa espaços públicos a locais abertos. Apenas o artigo de Reis, Silva e Un (2014) estudou, exclusivamente, um espaço público construído, e os artigos de Silva, Oliveira e Malfitano (2019) e Dias e Ferreira (2015) trazem exemplos de espaços públicos abertos e construídos em suas análises. Pode-se supor que espaços públicos abertos têm gerado maior interesse por parte de pesquisadores que investigam sua relação com a qualidade de vida, provavelmente, por seus impactos mais diretos à saúde, ou ainda pelo fato de que em espaços públicos construídos as noções de pertencimento e coletividade parecem ser menos estudadas, mas igualmente relevantes ao bem estar humano. Essas são questões que demandam novos estudos.

Importante lembrar ainda que o projeto de um espaço público tem diversas camadas e o desenho arquitetônico ou urbanístico é uma parcela dele, não o todo, por isso a relevância de envolver profissionais de diferentes áreas e setores neste processo, bem como usuários destes espaços públicos, favorecendo melhor planejamento, gestão e manutenção. Porém, apenas a construção do espaço público, mesmo que com um projeto adequado quanto a quesitos arquitetônicos e urbanísticos, pode não ser o suficiente, se não houver adesão da população a partir de um bom programa de uso público.

Impactos positivos na qualidade de vida e saúde das pessoas dependem também do seu uso adequado, sendo necessárias, portanto, abordagens interdisciplinares, desde o desenvolvimento do projeto, entendendo as reais demandas da população da região, identificando conjuntamente o melhor projeto paisagístico, impactos ambientais da vegetação, além do reconhecimento de demandas de gestão, para, assim, tornar a manutenção mais prática no dia a dia, entre outros aspectos. Tudo isso implica em diferentes áreas do conhecimento trabalhando de forma integrada com moradores do território.

6. REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K.; ALMEIDA, M. A. P.de; BARREIROS, M. A. F. **Urbanismo: história e desenvolvimento**. São Paulo, Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 1995. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4405055/mod_resource/content/2/urbanismo-historiaedesenvolvimento.pdf Acesso em 27 fev. 2023

COELHO, R. A tectónica da infra-estrutura: construir o espaço público na cidade alargada. **CIDADES**, Lisboa, n. 34, p. 94-109, 2017. <https://doi.org/10.157847/citiescommunitiesterritories.jun2017.034.art08>

COTRIM, G. S.; BICHARA, I.D. O brincar no ambiente urbano: limites e possibilidades em ruas e parquinhos de uma metrópole. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.26, n.2, p.388-395, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000200019>

DIAS, M.S.; FERREIRA, B.R. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea, **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.17, n.3, p.118-133, 2015. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2015v17n3p118>

DOS SANTOS, A. P.; FRANCISCO FILHO, L. L. Contribuição a avaliação de qualidade de vida nos centros urbanos. **Intellectus Revista Acadêmica Digital**, v.63, n.1, p.47-67, 2021. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/74.889.pdf> Acesso em 12 dez. 2022.

FROTA, A. B.; SCHIFFER, S. R. **Manual de Conforto Térmico**. 5.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

GARCÍA, E. T. A.; SUÁREZ, C. A. H. Encuentros, desencuentros, usos y apropiaciones en el espacio urbano fronterizo colombo-venezolano. **Revista Encuentros**, v. 15, n.2, p. 115-126, 2017. <https://doi.org/10.15665/re.v15i2.848>.

BRANCO, L. A australiana Melbourne mostra a receita do bem-estar. **Exame**, nº 19; ano 51 ed.1147; p.30-39; out, 2017. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/a-receita-do-bem-estar> Acesso em 23 nov 2022.

LONDE, P.R.; MENDES, P.C. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana, **Hygea - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, v.10, n.18, p.264-272, 2014. <https://doi.org/10.14393/Hygeia1026487>

MARICATO, E, **Melancolia na desigualdade urbana**, TV Cultura - Café Filosófico – CPFL, 16 abr. 2017, 47 min, Youtube, Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=85DwL_ZIEw&t=6s

NARCISO, C. A. F. **Espaço Público: Desenho, Organização e Poder**, O caso de Barcelona, 2013 Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/1736> Acesso em 26 abr. 2023.

NOGUEIRA, D. R.; OLIVEIRA, P. K. S. de; GOUVEIA, W. F.; FARIAS, C. B. de A. Uma visão empírica da qualidade de vida em centros urbanos, **Veredas FAVIP: Revista Eletrônica de Ciências e Cultural**, v. 9, n 1, p. 121-137, 2016. Disponível em: <http://pesquisa.ufcg.edu.br/anais/2016/resumos/xiii-cicufcg-4451.pdf> Acesso em dez. 2022.

OSPINA, T. G.; VASQUEZ-VARELA, L.R. Distribución e indicadores de cobertura y accesibilidad del espacio público en Manizales, Colombia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Colombia, v.30 n. 1.84320 p.158-177, maio/jul.2020. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v30n1.84320>

PÁRAMO, P.; ARROYO, A.M.B. Valoración de las condiciones que hacen habitable el espacio público en Colombia. **Territorios**, Bogotá, v.28 p. 187-206, 2013. Disponível em: <https://revistas.urosario.edu.co/index.php/territorios/article/view/2557> Acesso em 14 out 2022.

REIS, I. N. de C.; SILVA, I.L.R.; UN, J.A.W. Espaço público na Atenção Básica de Saúde: Educação Popular e promoção da saúde nos Centros de Saúde escolar no Brasil. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 18 Supl 2, p.1161-1174, 2014. <https://doi.org/10.1590/1807-57622013>.

ROSA, A.A.C.; e SILVA, J. de O.D. da. Conforto Ambiental em espaços urbanos abertos: sua correlação com o planejamento de cidades, **Revista Intellectus**, v.1, n.38, p. 45-56, 2017. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/39.430.pdf> Acessado em 27 set. 2022.

SANTOS, T. B. dos; NASCIMENTO, A. P. B. do; REGIS, M. de M. Áreas Verdes e qualidade de vida: uso e percepção ambiental de um parque urbano na cidade de São Paulo, **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (GeAS)**, v.8, n.2, p.363-388, 2019 <https://doi.org/10.5585/geas.v8i2.1316>

SEGRE, M.; FERRAZ, F.C. O conceito de saúde. **Rev. Saúde Pública**, v.31, n.5, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0034-89101997000600016>

SILVA, M. J. da; OLIVEIRA, M. L.; MALFITANO, A.P.S. The utilization of public squares: considerations on the action of the social occupation therapist. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 27, n. 2, p. 438-447, 2019
<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoRE1746>

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: O que é e como fazer. **Einstein**, v.8, n.1, p. 102-106, 2010. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>

WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social Science and Medicine**, v.41, ed. 10, p.1403-1409, 1995.
[https://doi.org/10.1016/0277-9536\(95\)00112-K](https://doi.org/10.1016/0277-9536(95)00112-K)

WHO (World Health Organization) 1946. **Constitution of the World Health Organization**. Basic Documents. WHO. Geneva. Disponível em: <https://apps.who.int/gb/bd/PDF/bd47/EN/constitution-en.pdf> Acesso em 13 mar 2022.